

MANIFESTO PELO DIREITO DE CONTINUAR FAZENDO COMPRAS PARCELADAS SEM JUROS

O Parcelamento Sem Juros com cartão de crédito faz parte da vida de milhões de brasileiros. De acordo com o Datafolha, 75% da população tem o hábito de parcelar as compras. O que muitas pessoas não sabem é que esse direito está em risco de ser extinto, taxado ou limitado.

Estão se aproveitando das discussões sobre a limitação dos juros do rotativo do cartão de crédito, que está em 437% ao ano, para tentar restringir o Parcelamento Sem Juros (ou "as compras parceladas sem juros"). Autoridades já começaram a cogitar essa hipótese em público.

O Parcelamento Sem Juros é fruto da livre concorrência, benéfica ao consumidor. Nenhuma instituição é obrigada a oferecê-lo. Restringir o Pagamento Sem Juros é restringir a competição e privar a população, o varejo e a economia como um todo de uma ferramenta essencial. Limitar o número de parcelas ou criar taxas para desestimular o parcelamento afeta justamente quem mais precisa.

Indispensável para a população, comércio e serviços

Para o consumidor, o Parcelamento Sem Juros é a oportunidade de adquirir um produto ou serviço em condições que se encaixem melhor em seu orçamento, muitas vezes atendendo a necessidades urgentes, sem comprometer a própria estabilidade financeira.

O Parcelamento Sem Juros é fundamental na vida do brasileiro. Tanto para compras do dia a dia como roupas e remédios, quanto para pagar suas contas e conseguir facilitar conquistas maiores como geladeiras, eletrônicos, viagens e reformas. Isso promove a inclusão social e o desenvolvimento econômico sustentável.

As Micro e pequenas empresas podem ser muito afetadas com qualquer mudança pois utilizam o Parcelamento Sem Juros para sustentar seus negócios até como capital de giro. Varejistas em geral impulsionam as vendas e fidelizam clientes por meio dessa modalidade.

O Parcelamento Sem Juros não pode ser associado a uma ideia de irresponsabilidade financeira.

Fundamental para a economia

Metade das transações no cartão de crédito no Brasil são compras parceladas sem juros, movimentando 1 trilhão de reais em 2022. Isso equivale a 10% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados do Banco Central.

O impacto de restringir o Parcelamento Sem Juros seria imenso. De acordo com estudo da LCA Consultores, geraria um aumento no custo de crédito de 35% e uma retração de até 27% no volume de crédito. O varejo perderia ainda 190 bilhões de reais em vendas, gerando um efeito dominó sobre os outros setores da economia.

É inadmissível que o Parcelamento Sem Juros – grande aliado dos consumidores, varejistas e empreendedores – seja extinto, taxado ou alterado. A livre concorrência deve prevalecer.

